

TEODOMIRO NORONHA CARDOZO

• TÓPICOS DE •
Direito
PENAL
parte geral



Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Teodomiro Noronha Cardozo.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

CARDOZO, Teodomiro Noronha

Tópicos de Direito Penal: Parte Geral -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido,
2017.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-562-7

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título. II. Autor

CDU343

CDD341.5

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Prefácio	13
1. Princípios do Direito Penal	17
1.1. Princípio da legalidade ou da reserva legal.....	17
1.1.1. Origem do princípio da legalidade.....	17
1.1.2. O princípio da legalidade como princípio político.....	18
1.1.3. O princípio da reserva legal: nullum crimen, nulla poena sine lege praevia.....	21
1.1.4. O princípio da reserva legal: nullum crimen, nulla poena sine lege scripta.....	22
1.1.5. O princípio da reserva legal: nullum crimen, nulla poena sine lege stricta.....	23
1.1.6. O princípio da reserva legal: nullum crimen, nulla poena sine lege certa.....	25
2. A norma penal	27
2.1. Conceito de norma penal.....	27
2.2. Estrutura da norma penal.....	27
2.3. Normas penais incriminadoras e não incriminadoras.....	28
2.4. A norma penal em branco.....	28
2.4.1. Distinção das normas penais em branco.....	29

3. Lei penal no tempo	31
3.1. Critérios para solução de conflitos entre a lei penal no tempo no Brasil.....	31
3.2. Leis excepcionais ou temporárias.....	35
3.3. Retroatividade do complemento de leis penais em branco.....	37
3.4. Retroatividade e lei processual.....	38
4. Lei penal no espaço	39
4.1. A aplicação da lei penal no espaço.....	39
4.2. Extensão da territorialidade.....	40
4.3. Lugar do crime.....	40
4.4. Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	41
4.5. Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	42
4.6. Conceito de território.....	44
4.6.1. Delimitação do território nacional.....	44
4.7. Mar territorial, zona contígua, zona econômica e plataforma continental.....	45
4.8. Passagem inocente decorrente do princípio da territorialidade temperada.....	46
5. Lei penal em relação às pessoas	47
5.1. Imunidade diplomática.....	47
5.2. Natureza jurídica do instituto da imunidade.....	48
5.3. Imunidade parlamentar.....	48
5.3.1. Espécies de imunidade parlamentar.....	48
5.4. Presidência da República.....	50
5.4.1. Imunidade temporária do Presidente da República – STF (Inquérito nº 1.418-9, DJU 08//11/2001, rel. Min. Celso de Mello).....	50
5.5. Renúncia do parlamentar para não se submeter a julgamento pelo STF.....	51

5.5.1. Ação penal 333-PB/STF	51
5.5.2. Ação penal 536-MG/STF.....	51
5.5.3. Ação penal 606-MG/STF.....	51
5.5.4. Ação penal 396-RO/STF.....	52
5.6. Dos vereadores.....	52
6. A dogmática jurídico-penal	53
6.1. A crise do sistema penal.....	54
6.2. O controle de seleção ao sistema penal.....	58
7. Bem jurídico	61
7.1. Historicidade do bem jurídico.....	61
7.2. A escola de Marburgo.....	63
7.3. A escola de Baden.....	64
8. A conduta humana na teoria do crime	65
8.1. Introdução.....	65
8.2. O modelo clássico da ação: Liszt/Beling.....	66
8.3. O modelo neoclássico da ação.....	68
8.4. O modelo finalista da ação.....	70
9. Teorias da ação	73
9.1. Teoria causalista (ou naturalista) da ação.....	73
9.2. Teoria neoclássica ou neokantismo.....	74
9.2.1. Características.....	74
9.3. Teoria finalista da ação.....	74
9.4. Teoria social da ação.....	76
10. Nexo de causalidade	79
10.1. Conceito.....	79
10.1.1. Teoria da equivalência das condições (conditio sine qua non).....	80

10.1.2. Teoria da causalidade adequada.....	82
10.1.3. Posição do direito penal brasileiro.....	83
10.2. A Causalidade nos crimes culposos.....	86
11. Teoria do tipo penal	89
<hr/>	
12. Do desvalor da ação e do resultado na teoria do crime	95
<hr/>	
12.1. Desvalor da ação e desvalor do resultado.....	95
12.2. O desvalor da ação e do resultado nos crimes culposos.....	96
13. Tipicidade	99
<hr/>	
13.1. Teorias da Tipicidade.....	99
13.1.1. Teoria da coordenação.....	99
13.1.2. Teoria da ratio cognoscendi.....	100
13.1.3. Teoria da ratio essendi.....	100
14. Antijuridicidade	101
<hr/>	
14.1. Diferença entre licitude e ilicitude.....	102
14.2. Definição da antijuridicidade.....	103
14.3. A antijuridicidade como essência do crime.....	104
14.4. Antijuridicidade formal e material.....	107
14.5. Antijuridicidade objetiva e subjetiva.....	109
15. Culpabilidade e livre-arbítrio	111
<hr/>	
15.1. Aspecto antropológico.....	116
15.2. Aspecto caracteriológico.....	118
15.3. Aspecto categorial.....	119
16. O erro na teoria do crime	121
<hr/>	
16.1. Erro.....	121
16.2. O erro no direito penal brasileiro.....	122

16.2.1. Erro de tipo (art. 20 do CPB).....	122
16.3. Erro nas discriminantes putativas.....	126
16.4. Erro mandamental	126
16.5. Erro de proibição.....	127
16.5.1. Erro de proibição direto.....	127
16.5.2. Erro de proibição indireto nas discriminantes putativas e as teorias extremada (estrita) e limitada da culpabilidade.....	128
17. Tentativa	131
17.1. Histórico da tentativa.....	131
17.2. Iter criminis.....	133
17.3. Requisitos da tentativa.....	138
17.4. Punibilidade da tentativa.....	140
18. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	145
18.1. Arrependimento posterior.....	147
18.2. Crime impossível.....	147
19. Concurso de pessoas no direito penal	149
19.1. Nomenclatura.....	150
19.2. Teorias sobre o concurso de pessoas.....	151
19.3. Requisitos para o concurso de pessoas.....	152
19.4. A punibilidade de agentes nos crimes complexos.....	153
19.5. Autoria e participação e suas teorias.....	154
19.6. Outras formas de autoria.....	157
20. Concurso de crimes	159
21. Teorias da pena	163

21.1. As teorias absolutas.....	163
21.2. As teorias relativas.....	165
21.2.1. A prevenção geral negativa (Feuerbach).....	165
21.2.2. Prevenção geral positiva (Welzel e Jakabs).....	166
21.2.3. A prevenção especial (Franz von Liszt).....	167
21.3. As teorias mistas (ou ecléticas).....	168
22. Prescrição	169
22.1. Noções gerais.....	169
22.2. Conceitos.....	170
22.3. Natureza jurídica.....	170
22.4. Espécies de prescrição.....	170
22.4.1. Prescrição da pretensão punitiva abstrata.....	171
22.4.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	172
22.4.3. Prescrição por antecipação.....	173
22.4.4. Prescrição da pretensão punitiva intercorrente (ou subsequente).....	174
22.4.5. Prescrição da pretensão executória.....	174
22.5. Termo inicial da prescrição.....	176
22.6. Diferença entre suspensão e interrupção.....	176
22.7. Causas de suspensão da prescrição.....	177
22.8. Causas de interrupção do prazo prescricional (art. 117 do CP).....	177
22.9. Prescrição da pena de multa.....	178
22.10. Medidas de segurança e prescrição.....	178
Referências	179
Sobre o autor	187